

**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
MBA EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

WELLINGTON CARLOS PRATES

**EXISTE ACESSO REAL AOS RECURSOS FINANCEIROS
DO BNDS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
LOCAL?**

Recife
2020

WELLINGTON CARLOS PRATES

**EXISTE ACESSO REAL AOS RECURSOS FINANCEIROS DO BNDS
PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estácio de Sá, como requisito para a
conclusão do curso de MBA em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Me. Edgard Joseph Kiriama

Recife
2020

WELLINGTON CARLOS PRATES

**EXISTE ACESSO REAL AOS RECURSOS FINANCEIROS DO BNDS
PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estácio de Sá, como parte das
exigências para a obtenção do título de MBA em
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Recife, aos 20 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Edgard Joseph Kiriama

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa exploratória visa desvelar aos gestores de pequenas e médias empresas se as vias operacionais e legais para se obter recursos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional do Brasil (BNDS) realmente são factíveis.

Justifica-se a necessidade de tal pesquisa devido à falta de tempo para pesquisa por parte dos gestores dessas organizações; a real necessidade dessas empresas de obtenção de créditos para investimento com juros baixos associados a prazos de carência em alinhamento com a realidade brasileira e a ausência de literatura específica.

De modo mais amplo, o acesso a ótimas linhas de crédito para essas empresas pode viabilizar empreendimentos que visem não somente o lucro ou a sobrevivência, mas que também premiem modelos de operações que atuem a favor das necessidades locais e globais de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente.

Palavras-chave: Linhas de Crédito, BNDS Brasil, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente.

ABSTRACT

The present work of exploratory research aims to reveal to the managers of small and medium companies if the operational and legal means to obtain financial resources from the National Bank for National Development of Brazil (BNDS) are really feasible.

The need for such research is justified due to the lack of time for research by the managers of these organizations; the real need of these companies to obtain investment credits with low interest rates associated with grace periods in line with the Brazilian reality and the absence of specific literature.

More broadly, access to excellent lines of credit for these companies can enable projects that aim not only at profit or survival, but that also reward models of operations that act in favor of local and global needs for sustainable development and protection of the environment.

Key words: Financing, BNDS Brazil, Sustainable Development, Environment.

Índice

Introdução:.....	1
Mercado Financeiro do Brasil	2
Definição	2
• Conselho Monetário Nacional (CMN)	3
• Banco Central do Brasil	3
• Comissão de valores mobiliários	3
• Bancos comerciais	4
• Bancos de investimento	4
• Bancos Múltiplos	4
• CVTMs & DTVMs	4
• Sistemas e Câmaras de Liquidação e Custódia	4
O Imposto de Renda.....	6
O IOF	7
Órgãos de intermediação: CMN, CVM e Banco Central	7
CMN	7
Comissão de Valores Mobiliários	7
Banco Central do Brasil	8
Tributação	8
O BNDS	9
O que é o BNDS?	9
Quem pode ser cliente do BNDS.....	12
O que pode ser financiado pelo BNDS	15
Instrumentos de financiamento.....	16
Etapas	20
Apoio direto	20
Apoio indireto.....	21
Taxas de juros cobradas	22
Custo financeiro.....	23
Taxa de juros do empréstimo consignado	24
Taxa de juros do empréstimo pessoal.....	25
Sustentabilidade, Responsabilidade Ambiental e Social.....	26
Sustentabilidade	26

Responsabilidade Ambiental	28
Responsabilidade Social	35
O BNDS e suas políticas divulgadas	37
Conclusão	38
Bibliografia e Referências	40

Introdução:

Partindo da premissa que, segundo o Sebrae¹,

Os pequenos negócios empresariais são formados pelas micro e pequenas empresas (MPE) e pelos micro empreendedores individuais (MEI). No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE). As MPEs respondem por 52% dos empregos (grifo nosso) com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões).

Percebemos que a participação desses pequenos negócios empresariais (PNE) é responsável por grande parte dos dejetos ("erros de design") poluidores despejados no ambiente Brasileiro. Além disso, é fato notório que devido às próprias condições de sobrevivência em um mercado saturado de tributos e carente de consciência notável em desenvolvimento sustentável e conservação ambiental, a preocupação com os resultados causados ao meio ambiente em seus processos produtivos é mínima.

Para a maioria de tais organizações, projetos que levem em conta investimentos em assessoria e implementação de projetos de sustentabilidade são vistos como "gastos" atuais e não como investimentos nos "ativos naturais" das futuras gerações e até mesmo da atual geração de seres humanos habitantes deste pequeno e raro planeta azul.

Esse conjunto de fatores destaca-se sobremaneira quando observamos que o BNDS possui uma Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) ativa, porém pouco ou mal divulgada, apesar de seus planos oficiais de transparência.

Assim, acreditamos que a divulgação dos corretos caminhos para acesso a essas reservas de enormes recursos financeiros poderia ser uma maneira de desenvolver as PMEs, ao mesmo tempo em que se deixe muito claro às tomadoras de crédito as necessidades do desenvolvimento sustentável do mundo atual e futuro.

Para tanto, precisamos, no entanto, entender primeiramente como funcionam as principais engrenagens do mercado de capitais brasileiro: o chamado mercado financeiro do Brasil.

¹ <https://bityli.com/eTRlh>, acesso em 11/10/2020 às 16:36hs.

Mercado Financeiro do Brasil

Definição

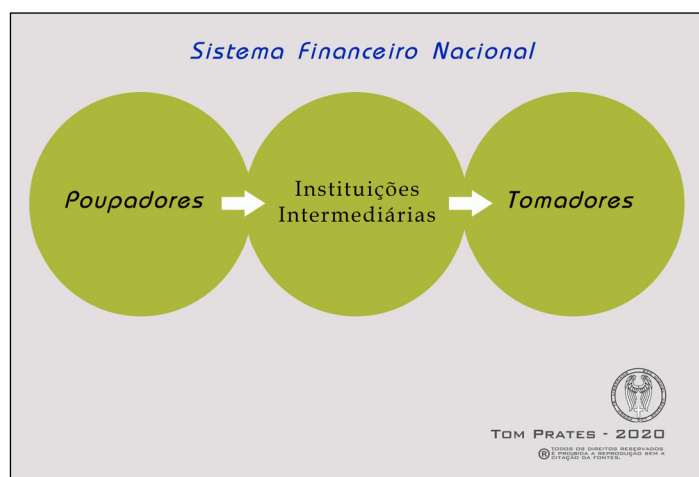
Segundo Quiroga² "mercado financeiro é o mercado da intermediação bancária, caracterizado pela interposição de entidades financeiras entre poupadores e tomadores".

No mercado financeiro, há o contato entre a oferta e a demanda gerada pelos vendedores e pelos compradores de bens econômicos. Os poupadores são aqueles que deixam de consumir seus superávits, acreditando que tal economia de numerário lhes trará benefícios futuros.

Já os tomadores são aqueles que precisam do dinheiro imediato, para os mais diversos fins: desde o investimento em que se procura ganhar mais do que houvera sido emprestado até aqueles que estão com saldos negativos em seus balanços e precisam de dinheiro para reorganizar suas finanças.

Em uma sociedade moderna com relações extremamente complexas e positivadas, o contato direto entre os tomadores e os poupadores não é feito diretamente, mas sim através de intermediários financeiros.

"A intermediação financeira é o processo pelo qual tomadores e poupadores de recursos encontram-se em um ambiente organizado, fiscalizado e controlado por diversos órgãos, que visam ao seu perfeito funcionamento."³



² QUIROGA, Roberto Mosquera. Tributação no mercado financeiro e de capitais. São Paulo: Dialética. 1999. p. 19.

³ Tributação Setorial v1 / Organizadores: Sérgio Guerra, Joaquim Falcão, Rafael Almeida - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.16.

Todo o conjunto formado pelas instituições financeiras que se dedicam a criar as condições de execução dos fluxos de recursos é chamado de SFN, sistema financeiro nacional.

O SFN nacional é dividido em 2 subsistemas, o financeiro normativo e o de intermediação.

O normativo tem como função precípua regulamentar e fiscalizar o mercado financeiro e é formado pelas seguintes instituições:

● **Conselho Monetário Nacional (CMN)**

O CMN é "o órgão deliberativo máximo do SFN ao qual competem as seguintes funções: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras; disciplinar os instrumentos de política monetária."⁴

● **Banco Central do Brasil**

O BACEN como é normalmente divulgado pelo Mass Media, "é a entidade criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN"⁵

● **Comissão de valores mobiliários**

A CVM é "uma autarquia vinculada ao ministério da fazenda, responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país, promovendo medidas incentivadoras da canalização da poupança para o mercado de capitais."⁶

Autarquias são⁷:

Pessoas de direito público, integrantes da administração indireta, criadas por lei específica, que possuem capacidade de auto-administração, sendo encarregadas do

⁴ Tributação Setorial v1 / Organizadores: Sérgio Guerra, Joaquim Falcão, Rafael Almeida - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.17.

⁵ Idem

⁶ Idem. p.18.

⁷ ALEXANDRE, Ricardo. Deus, João de. Direito Administrativo, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. p. 47.

desempenho descentralizado de atividades administrativas típicas do poder público, sujeitando a controle pelo ente criador.

Já o subsistema de intermediação e instituições auxiliares é formado pelos intermediadores financeiros, que são organizações que têm como finalidade fulcral aproximar poupadores e tomadores. Além dos intermediadores financeiros, fazem parte desse subsistema do SFN as instituições auxiliares, as quais auxiliam na fluidez e desenvolvimento do sistema: são exemplos as bolsas de valores e de mercadorias e futuros. Os principais intermediadores financeiros são⁸:

- **Bancos comerciais**

Instituições financeiras público ou privadas cujo objeto é fornecer recursos para financiamentos de curto e médio prazo aos players⁹ do mercado.

- **Bancos de investimento**

Instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento de atividade produtiva para suprimento de capital de giro e e fixo, e de administração de recursos de terceiros.

- **Bancos Múltiplos**

São instituições financeiras, privadas ou públicas, que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras.

- **CVTMs & DTVMs**

Neste subsistema ainda temos as bolsas de valores, mercadorias e futuros; o mercado de balcão; as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (CVTMs) e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVM).

- **Sistemas e Câmaras de Liquidação e Custódia**

"Esses auxiliares financeiros têm como função a prestação de serviços de custódia qualificada, que compreendem a liquidação física e financeira dos ativos, bem como sua guarda, administração e fornecimento de informações à respeito dos

⁸ Tributação Setorial v1 / Organizadores: Sérgio Guerra, Joaquim Falcão, Rafael Almeida - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.20.

⁹ Comércio, indústria, prestadoras de serviço e pessoas físicas.

associados a esses ativos¹⁰". Podemos citar O SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA (SELIC) e a CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO (CETIP).

Sobre outra óptica, o mercado financeiro pode ser dividido em quatro grupos:

a-mercado monetário;

b-mercado de câmbio;

c-mercado de crédito;

e-mercado de capitais.

Mercado Monetário: diz-se do mercado em que as trocas de recursos ocorrem em curtíssimo prazo, e geralmente entre instituições financeiras (bancos) ou entre estas e o Bacen. Os depósitos interbancários (DI) ocorrem nesse ambiente, e é por ele que se mede e regula a liquidez do mercado. Apolítica monetária a ser implementada pelo Governo Federal tem impacto diretamente nesse mercado, na medida em que o Bacen pode regular as taxas de redesconto bancário¹ ou o Tesouro Nacional emitir mais títulos. Empréstimos concedidos pelo Bacen às instituições financeiras, quando estas precisam de caixa. Se a ideia é aquecer a economia, o Bacen diminui a taxa cobrada por esses empréstimos ("taxa de redesconto"), incentivando as instituições financeiras a tomarem esses empréstimos, podendo assim oferecer mais crédito no mercado.

Mercado de Câmbio: também bastante específico, esse é o mercado em que se trocam moedas. Importantíssima para a execução de operações internacionais, a troca de moedas só pode ser realizada por instituições financeiras autorizadas pelo Bacen. Toda a informação gerada nesse mercado é dividida com o Bacen, ou seja, os fluxos de entrada ou saída no/do Brasil são monitorados, e com base nesses dados o Governo Federal pode então ajustar sua política cambial.

Mercado de Crédito: é no mercado de crédito que ocorrem as intermediações entre agentes superavitários e agentes deficitários, realizadas por instituições financeiras, em operações geralmente de curto ou médio prazo. Isso significa que os recursos dos agentes doadores fluem para os agentes tomadores com o auxílio de uma instituição financeira, remunerada com uma taxa normalmente chamada de spread. Em termos práticos, e de maneira simplificada, a instituição financeira oferece certa remuneração (juros) a um agente doador, calculada em função (entre outras variáveis) do tempo em que os recursos desse doador ficarem sob custódia da instituição. Esta, por sua vez, usa esses mesmos recursos para oferecer crédito a agentes tomadores, mediante a cobrança de uma taxa de juros maior que aquela oferecida aos

¹⁰ Tributação Setorial v1 / Organizadores: Sérgio Guerra, Joaquim Falcão, Rafael Almeida - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.24.

agentes doadores. Chamamos de spread essa diferença entre as taxas de juros pagas aos superavitários e cobradas dos deficitários.

Mercado de Capitais: neste último grupo, tratamos de operações em que também há transferência de recursos entre agentes superavitários e agentes deficitários, mas desta vez sem a intermediação de instituições financeiras. É de se notar que o mercado de capitais não prescinde da participação das instituições financeiras – elas passam a atuar de uma forma diferente, prestando serviços às partes envolvidas. Ou seja, sua atuação não é mais remunerada por um spread, e sim por pagamento pelos serviços realizados¹¹.

As PMEs se utilizam usualmente do mercado de créditos, obtendo recursos junto a bancos públicos e privados concorrentes entre si, tais como Itaú (privado). Bradesco (privado); Caixa Econômica Federal (Público) e Banco do Brasil (público), entre outros atores.

Podemos observar que os principais tributos aplicados no mercado de créditos são os Impostos de Renda e os Impostos sobre Operações Financeiras. O imposto sobre operações financeiras impacta a cessão de crédito em sua fonte, o Imposto de Renda encarece o crédito (pois vai ter seu peso "embutido" nos custos de transação dos intermediadores e dos poupadores) e penaliza os lucros obtidos quando da execução de negócios ou produção de bens na utilização do crédito pelas PMEs.

Vamos conhecer um pouco mais sobre estes dois tributos.

O Imposto de Renda

É um tributo de competência legislativa federal, com finalidade marcadamente fiscal. Além disso, devido ao fato de ter uma incidência mais gravosa¹² sobre os maiores rendimentos e ter parte de sua renda aplicada em serviços públicos, como saúde e educação, possui um efeito de redistribuição de renda.

Possui como fato gerador a aquisição da disponibilidade, econômica ou jurídica, de renda e de proventos de qualquer natureza. e está regulado no Art. 43 do CTN.

¹¹ SÁ, Estácio de. Tributação do Mercado Financeiro e de Capitais. Apostila p.3 - Rio de Janeiro: Ed. Estácio, 2018.

¹² ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário - 11ª edição - Salvador - Ed. JusPodvim, 2017.

O IOF

Também de competência legislativa da União, o Imposto sobre Operações Financeiras é um tributo que incide sobre operações de crédito, câmbio, seguros, títulos ou valores mobiliários.

Diferentemente do IR, o IOF possui clara finalidade extrafiscal, pois possibilita à União "intervir no funcionamento do mercado financeiro, aquecendo-o ou esfriando-o de acordo com a necessidade¹³".

Para efetuar o controle de todas as operações, há, conforme foi dito, um complexo sistema de fiscalização exercido por órgãos governamentais, afinal a arrecadação de tributos é a principal fonte de renda do Estado Brasileiro.

Órgãos de intermediação: CMN, CVM e Banco Central

CMN

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País. É composto pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central do Brasil¹⁴.

O CMN foi criado junto com o Banco Central, pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. O Conselho deu início às suas atividades 90 dias depois, em 31 de março de 1965.

Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

A CVM¹⁵ é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Economia, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de

¹³ Idem, p.676

¹⁴ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/cmnm>, acesso em 30/08/2020.

¹⁵ http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html acesso em 30/08/2020

autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

Em 2013, a CVM reformulou sua estratégia institucional e lançou o seu atual Plano Estratégico, reafirmando valores e propósito e definindo os Objetivos Estratégicos com projeção para 2023

Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BC)¹⁶ é o guardião dos valores do Brasil. O BC é uma autarquia federal, vinculada - mas não subordinada - ao Ministério da Economia, e foi criado pela Lei nº 4.595/1964.

Entre outras reúne as seguintes atividades desenvolvidas: manter a inflação sobre controle, assegurar que o sistema financeiro nacional brasileiro seja sólido e eficiente, ser depositário das reservas internacionais do Brasil, manter as contas de todas as instituições financeiras do país e emitir papel-moeda, gerenciando o meio circulante.

Tributação

Segundo o artigo 3º do CTN, "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Dessa maneira, percebemos que a aquisição de capitais para investimentos pelas diversas organizações é controlada por vários órgãos e regulada por inúmeras legislações. Ao se posicionar como "tomador" de créditos, uma PNE, por exemplo, sofre - logo de início - a tributação pelo IOF, pois o financiamento, o crédito é considerado um fato gerador de tributos. Ao adquirir equipamentos e insumos, é tributada pelo ICMS, pelo IPI e muitas vezes pelo Imposto de Importação (II). Se tem a necessidade de contratar colaboradores para consecução de serviços, será tributada pela regulamentação trabalhista. Enfim, ao "comprar" dinheiro para investir em desenvolvimento as PMEs sofrem um bombardeamento de tributação que, por vezes, inviabiliza sequer o início de determinados projetos.

¹⁶ <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional> acesso em 30/08/2020

Por estas e outras razões, a necessidade de se obter linhas de crédito com baixos juros e carência nos primeiros pagamentos.

Mas qual a influência real dos juros e de carências ideais na cessão de créditos para as PMEs?

Os juros e as carências ideais para o pleno incentivo e desenvolvimento das PMEs implicam diretamente na quantia de capital a ser derivado de duas operações comerciais e sociais para o pagamento de juros e taxas de financiamento aos bancos intermediadores. Para saber mais sobre tais impactos, o presente trabalho precisaria se aprofundar em elementos de matemática financeira, o que não é o caso no presente momento.

O BNDS

O que é o BNDS?

Segundo o governo federal do Brasil, "Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira.¹⁷"

É, sem dúvida, uma bela definição de pleno estímulo publicitário aos pequenos e médios empreendedores do Brasil, ainda, segundo o site do BNDS¹⁸:

Para isso, apoia empreendedores de todos os portes, inclusive pessoas físicas, na realização de seus planos de modernização, de expansão e na concretização de novos negócios, tendo sempre em vista o potencial de geração de empregos, renda e de inclusão social para o Brasil.

O apoio do BNDES ocorre por meio de financiamento a investimentos, subscrição de valores mobiliários, prestação de garantia e concessão de recursos não reembolsáveis a projetos de caráter social, cultural e tecnológico. O Banco atua por meio de produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.

Por ser uma empresa pública e não um banco comercial, o BNDES avalia a concessão do apoio com foco no impacto socioambiental e econômico no Brasil. Incentivar a inovação, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental são prioridades para a instituição.

O BNDES oferece condições especiais para micro, pequenas e médias empresas, aquelas que faturam

¹⁷ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em 21/11/2020.

¹⁸ Idem.

anualmente até R\$ 300 milhões, assim como linhas de investimentos sociais, direcionadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

Em situações de crise, o Banco também tem fundamental atuação anticíclica e auxilia na formulação das soluções para a retomada do crescimento da economia. O BNDES está presente para apoiar o crescimento do País onde é necessário.

Em marketing, a missão de uma empresa é aquela mensagem divulgada para o público externo, a fim de que a comunidade, os parceiros e até mesmo os concorrentes saibam quais são as linhas que orientam o planejamento estratégico de uma organização. A missão do BNDS, segundo seu website é "viabilizar soluções que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação brasileira".

Já a visão da empresa, em marketing, é a forma como os próprios colaboradores enxergam a operação da organização: a visão do BNDS é "ser o Banco do Desenvolvimento Sustentável Brasileiro". Teoricamente, cada colaborador da organização teria que ter essa frase decorada e utilizá-la como um verdadeiro mantra¹⁹ na consecução diária de seus trabalhos.

Interessante notar o quão a visão de empresa do BNDS está em sintonia com a realidade da necessidade de se gerar um desenvolvimento sustentável da nação brasileira.

Segundo o dicionário Houaiss, nação é "agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros respeitam instituições compartilhadas (leis, constituição, governo)". Para o Direito Constitucional o Estado Brasileiro é formado por território delimitado, governo soberano e povo. Desta maneira, sob a realidade brasileira, podemos concluir que o BNDS tem como missão ser o banco do desenvolvimento sustentável do povo brasileiro.

Dessa maneira, imaginar-se-á que há várias agências de atendimento do BNDS disponíveis para que o povo, ou ao menos os empreendedores oriundos do povo, tenham acesso às políticas, às linhas de crédito, enfim: às facilidades de um banco feito para um povo.

¹⁹ Segundo o dicionário Houaiss, mantra é, "na cultura indiana, sílaba, palavra ou verso pronunciados segundo prescrições ritualísticas e musicais, tendo em vista uma finalidade mágica ou o estabelecimento de um estado contemplativo. Um mantra pode simbolizar ou evocar uma filosofia mística (dársana), um livro sagrado ou um deus; é amplamente utilizado no ritualismo hinduísta e no budista, nas práticas psicofísicas da ioga e no tantrismo."

Mas não: o BNDS não possui agências para atendimento de "contato" direto com o o seu público-alvo. Algo parecido com um supermercado voltado para a venda de produtos populares, mas que não tem nenhuma loja aberta para o público, para o povo.

Vejamos o que o site do BNDS nos indica sobre tal situação, por exemplo na concessão de crédito emergencial para a crise gerada pela pandemia mundial do coronavírus em 2020²⁰:

Como iniciativa de apoio ao enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus, o BNDES expandiu a oferta de capital de giro desta linha de crédito até 31.12.2020 para negócios ou grupos econômicos (quando for o caso) com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, com limite de financiamento de até R\$ 70 milhões por ano.

Nosso objetivo é oferecer crédito rápido e flexível para empresas de todos os portes, amortecendo os impactos financeiros da pandemia sobre os empreendedores e contribuindo para a manutenção de empregos no Brasil. Em julho, disponibilizamos mais R\$ 5 bilhões para apoio às MPMEs, somando um total de R\$ 10 bilhões ofertados pela linha.

Para solicitar seu financiamento, você deve procurar um agente financeiro credenciado do BNDES (grifo nosso), que pode ser um banco ou uma agência de fomento.

Na página que lista os agentes financeiros credenciados do BNDS encontramos os inúmeros bancos privados tradicionais do Brasil. Além disso, há uma mensagem em destaque que diz o seguinte:

IMPORTANTE: cada instituição financeira credenciada pode aderir ou não às linhas de financiamento do BNDES, de acordo com suas políticas próprias para concessão do crédito. A decisão final sobre a aceitação ou recusa das propostas protocoladas é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro envolvido.

Seria cômico, não fosse trágico: então o "banco destinado ao desenvolvimento sustentável do povo brasileiro" só é acessado pelos Bancos Públicos e Privados que lucram diariamente vendendo dinheiro a juros altíssimos para as pequenas e médias empresas?

Qual seria o interessa real de um desses "agentes financeiros credenciados" em oferecer a um de seus clientes uma linha de crédito do BNDS com juros baixíssimos e carências longas se eles podem oferecer suas próprias linhas de crédito com juros altos e sem carência?

²⁰ encurtador.com.br/msFIK. Acesso em 22/11/2020.

Concluímos, pois, já de início, que a missão e a visão do BNDS são falácias publicitárias para propagandas governamentais, de um "Banco" de fomento que se mantém a máxima distância possível do povo empreendedor.

Não bastasse tal ridículo distanciamento, seguimos - através do próprio site do BNDS - as veredas para saber quem e como pode obter recursos junto ao mesmo.

Vejamos, pois, o conteúdo da página "quem pode ser cliente", dentro do "guia de financiamento do BNDS", exposto no site do Banco.

Quem pode ser cliente do BNDS

Cada instrumento de financiamento do BNDES se destina a um ou mais perfis de clientes, dentre os quais:

empresas sediadas no Brasil;
-empresários individuais (pessoa física com CNPJ)
-microempreendedores individuais (pessoa jurídica);
-entidades ou órgãos públicos, da administração direta e indireta, das esferas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
-fundações e associações de direito privado;
cooperativas;
-pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, desde que exerçam atividades econômicas e sejam devidamente registradas, como por exemplo caminhoneiros e produtores rurais;
-consórcios e condomínios que exerçam atividade produtiva; e
-sindicatos e clubes

Para pedir um financiamento com recursos do BNDES, o cliente deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

-estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais;
-apresentar cadastro satisfatório;
-ter capacidade de pagamento;
-dispor de garantias suficientes para cobertura do risco da operação;
-não estar em regime de recuperação de crédito;
-atender a legislação relativa à importação, no caso de financiamento para a importação de máquinas e equipamentos; e
-cumprir a legislação ambiental.

Não podem ser beneficiárias de financiamento do BNDES pessoas físicas ou jurídicas que(grifo nosso):

-possuam inadimplemento com o Sistema BNDES ou integrem Grupo Econômico que possuam inadimplemento com o Sistema BNDES;
-sejam responsáveis por título protestado (salvo se houver, a critério do BNDES, justificado o protesto ocorrido);

-constem em processo judicial que, a critério do BNDES, possa comprometer a capacidade de cumprimento de suas obrigações perante o BNDES;
-tenham apontamentos cadastrais indicando inadimplemento contumaz ou restrições à sua idoneidade;
ou
-estejam em processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial.
-Também não poderão ser beneficiárias as pessoas jurídicas cujos controladores se enquadrem nas restrições acima.

Percebemos que a política de cessão de créditos do BNDS NÃO de diferencia em nada das políticas de concessão de crédito dos bancos que NÃO têm a finalidade precípua de ser o "banco destinado ao desenvolvimento sustentável do povo brasileiro".

Ora, o pequeno e o médio empreendedor que está com o giro de recursos normal, que está "ganhando dinheiro", que está "com o nome limpo", que "não deve para ninguém", que não cometeu nenhum erro administrativo por acreditar na lenda que basta "empreender com afinco para ter sucesso" e ficou com dívidas no mercado, NÃO PRECISA DE FINANCIAMENTO do banco feito para o povo.

Este empreendedor vai usar de seus próprios recursos para investir e reinvestir em seus negócios: um banco de fomento da economia de um país em eterna crise econômica com índices de disparidade sócio-culturais alarmantes, dentre outros péssimo e notórios indicadores de igualdade social não pode agir como um banco Itaú que acumula superávits ano a ano, pois a missão do Itaú é proporcionar dividendos a seus acionistas (os quais aliás não são tributados pelo Imposto de Renda) e a missão do BNDS é servir como base de crescimento para a economia brasileira.

Além disso, como explicar que um banco criado para fomentar a economia nacional, pode figurar como ator principal em uma notícia jornalística como essa a seguir:

Venezuela, Cuba e Moçambique devem mais de R\$ 2 bilhões ao BNDES²¹

Venezuela, Cuba e Moçambique acumulam dívidas de mais de R\$ 2 bilhões em empréstimos concedidos no Brasil pelo BNDES.

O dinheiro foi liberado pelo BNDES para financiar obras de infraestrutura na Venezuela, em Cuba e Moçambique. Os contratos - estimados hoje em quase R\$ 14 bilhões - foram assinados durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

As parcelas das dívidas em atraso somam R\$ 2,3 bilhões, segundo reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", informação confirmada pelo banco ao Jornal Nacional.

Essas operações funcionam da seguinte maneira: o BNDES desembolsa recursos no Brasil, em reais, para a empresa brasileira responsável pela obra ou pela exportação de bens e serviços ao país estrangeiro.

Quem paga o financiamento, com juros em dólares, é o país que ganhou o empréstimo. A Venezuela recebeu dinheiro para construir uma usina, um estaleiro e o metrô de Caracas; Cuba modernizou o porto de Mariel; e Moçambique investiu num aeroporto e numa hidrelétrica.

As obras nesses países foram realizadas pelas construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez, que confessaram participar de esquemas de corrupção no Brasil na Operação Lava Jato.

Moçambique começou a atrasar as parcelas em 2016 e já deve R\$ 456 milhões em valores atualizados; Cuba, R\$ 232 milhões; a Venezuela tem a maior dívida: R\$ 1,6 bilhão.

Os empréstimos a esses países estão cobertos pelo Fundo de Garantia à Exportação, vinculado ao Tesouro Nacional. Mas como as perdas não estavam previstas no orçamento, o governo brasileiro teve que retirar em 2018 R\$ 1,3 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador para devolver ao BNDES.

Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada da FGV/Ibre afirma que as operações eram consideradas de risco elevado.

"É resultado de ter emprestado por uma motivação puramente política para países que tinham risco de crédito muito alto e nós, os contribuintes, botamos o dinheiro de volta com os impostos que a gente paga para o governo federal", explicou.

O presidente do BNDES, Joaquim Levy, que não quis gravar entrevista, anunciou que o banco não vai mais fazer empréstimos a governos estrangeiros.

"Mas como as perdas não estavam previstas no orçamento, o governo brasileiro teve que retirar em 2018, R\$ 1,3 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador para devolver ao BNDES."

²¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/04/venezuela-cuba-e-mocambique-devem-mais-de-r-2-bilhoes-ao-bndes.ghtml>. Acesso em 22/11/2020.

Dessa maneira, o BNDS emprestou Bilhões de Reais para países os quais teriam suas contas classificadas em um balanço patrimonial como "Provisão para Perdas com Devedores Duvidosos".

Mas não empresa R\$ 10.000,00 para o empresário que tem o nome "sujo no serasa" por dever R\$ 1.500,00 a algum banco, nem que seja para que ele quite a dívida e possa continuar trabalhando, gerando renda e emprego para o Brasil.

O que pode ser financiado pelo BNDS

Os recursos providos pelo BNDES devem ser utilizados pelo cliente em finalidades específicas, tais como:

-investimentos para implantação, expansão, modernização e/ou recuperação de empreendimentos, infraestrutura, empresas e instituições públicas e privadas, incluindo estudos, projetos, obras civis, instalações, treinamento, entre outros;

-produção ou aquisição de máquinas e equipamentos novos (inclusive veículos utilitários, ônibus, caminhões e aeronaves), de fabricação nacional e credenciados pelo BNDES;

-bens novos, insumos, serviços, softwares;

-capital de giro;

-exportação de bens e serviços nacionais; e

-aquisição de bens e serviços importados e despesas de internação (apenas para operações específicas de programas agropecuários equalizados), desde que haja comprovação de inexistência de similar nacional.

-Credenciamento de máquinas e equipamentos, que estejam habilitados no Credenciamento de Fornecedores Informatizado (CFI) do BNDES e deverão apresentar índice de nacionalização mínimo de 60%, em valor e peso, calculado conforme critérios definidos pelo BNDES, ou cumprir o Processo Produtivo Básico – PPB. Temporariamente, o BNDES está aceitando índice de nacionalização, no mínimo, de 50%.

-Bens novos, insumos, serviços e softwares podem ser financiados através do Cartão BNDES para micro, pequenas e médias empresas. O Cartão BNDES possui sistema de credenciamento próprio. Os itens credenciados e informações sobre credenciamento podem ser encontrados no Portal de Operações do Cartão BNDES.

Percebemos que para obter créditos junto ao BNDS é necessário ter um plano estratégico de negócios. Segundo Chiavenato²², "o planejamento estratégico é um processo organizacional, compreensivo de adaptação através da aprovação, tomada da decisão e avaliação".

²² CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. 3ª Edição. Barueri. São Paulo: Manole, 2012.

O planejamento estratégico é um elemento essencial para empresas de qualquer porte, mesmo que sejam formadas por apenas uma pessoa, pois, se pensarmos adequadamente, qualquer movimentação de cunho empreendedor a ser feita precisa de um roteiro, um mapa. É necessário responder a perguntas como "qual o meu objetivo?"; "de que maneiras posso atingir tal objetivo?"; "quais ferramentas me serão úteis em cada fase deste meu projeto?", entre várias outras.

Assim, por certo e totalmente compreensível que ao oferecer créditos, o BNDS queira saber qual o destino de tais créditos a fim de, inclusive, evitar que recursos financeiros provenientes da arrecadação de tributos sejam utilizados para que pessoas e organizações sejam criadas apenas com o intuito de absorverem tais verbas e depois desaparecem, aplicando verdadeiros "golpes" financeiros no mercado.

As ferramentas de compliance e auditoria sobre os negócios que estão sendo financiados são necessárias para garantir tanto o sucesso da empreita do empreendedor quanto a correta utilização dos recursos públicos disponibilizados pelo Estado através de BNDS.

Dessa maneira, para se candidatar a obter recursos junto ao BNDS, as empresas precisam ter um planejamento estratégico conciso.

Instrumentos de financiamento

Segundo o site do BNDES, o banco oferece várias linhas de crédito e produtos financeiros diversos:

O BNDS oferece produtos, linhas de financiamento e programas, cujas condições de apoio refletem as prioridades e diretrizes da política de desenvolvimento do Governo Federal. Um mesmo financiamento, que contemple mais de uma finalidade, poderá combinar diferentes produtos, linhas e programas.

Produtos definem regras gerais de financiamento de acordo com cada finalidade. Cada produto pode se dividir em linhas de financiamento permanentes, que atendem a tipos de clientes e objetivos diferentes, com condições específicas (como taxa de juros e prazo de pagamento). Por exemplo, o produto BNDES Finame oferece financiamento para máquinas e equipamentos, possuindo linhas específicas para aquisição, outra para produção e mais uma para modernização.

Programas têm caráter temporário e atendem a demandas ou segmentos específicos. O BNDES Procult, por exemplo, é um programa criado para a cadeia produtiva da economia da cultura.

O Cartão BNDES é um produto destinado a micro, pequenas e médias empresas de controle nacional, consistindo em um crédito rotativo e pré-aprovado de até R\$ 2 milhões, por banco emissor, para aquisição de produtos e serviços credenciados. Mais informações podem ser obtidas no Portal de Operações do Cartão BNDES.

O BNDES também utiliza Fundos para complementar suas fontes de recursos, bem como oferecer opções de apoio financeiro aos seus clientes. Os Fundos podem ter naturezas estatutárias ou legais e são regidos por normas próprias, que definem suas condições específicas.

Aqui, mais uma vez tecemos críticas ao modelo de relacionamento estabelecido pelo BNDS com seu público-alvo: ao dizer que "pré-aprovado de até R\$ 2 milhões, por banco emissor", mais uma vez o BNDS transfere a responsabilidade de autorizar a linha de crédito para o banco intermediário o qual, como já fora dito, tem mais interesse em vender as próprias linhas de crédito do que vender as linhas de crédito do BNDS. Dessa maneira é altamente óbvio que, em um sistema capitalista onde gerentes de bancos comerciais são obrigados a superarem metas sobre metas a cada novo mês, tais gerentes irão priorizar as vendas de seus próprios produtos, ignorando ou dificultando a venda dos financiamentos do BNDS.

Em pesquisa direta realizada nesta pesquisa, visitamos a gerência de cinco bancos comerciais, pessoalmente em suas agências: Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco do Nordeste, Banco Bradesco e Banco Caixa Econômica Federal.

Absolutamente todos os gerentes de contas consultados sobre os créditos do BNDS disseram - com pouco caso - que eles tinham o "cartão BNDS", mas que "era muito complicado" o processo de obtenção do mesmo e em seguida vinham com suas várias opções próprias de cessão de crédito.

Reitera-se, dessa maneira, que a política de ceder aos agentes financeiros que já possuem canais próprios e verbas próprias de financiamento a função de gerir a oferta de recursos do BNDS é totalmente equivocada.

O BNDS precisa organizar um sistema de agências próprias para atendimento das demandas empreendedoras do país para poder cumprir fielmente com a suas missões e visões institucionais e, principalmente, para servir à finalidade para a qual fora criado.

Hoje, na prática, apenas grandes grupos financeiros conseguem linhas de crédito diretamente no BNDS e tal fato causa distorções enormes na finalidade precípua do Banco. Vejamos, por exemplo, a notícia abaixo:

Saiba como a JBS sugou o BNDES para expandir seus negócios²³

A deflagração da Operação Bullish pela Polícia Federal, seis dias antes de estourar o escândalo provocado pelas acusações dos empresários Wesley e Joesley Batista envolvendo políticos de praticamente todos os partidos, expôs a relação do Grupo JBS, controlado pelos irmãos Batista, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre 2002 e 2013 o banco teria liberado um total de R\$ 12,8 bilhões para as empresas controladas pela J&F Participações entre empréstimos e participações acionárias, segundo levantamento da ONG Contas Abertas.

As empresas favorecidas com os recursos dentro do grupo foram a JBS S.A. (R\$ 6,6 bilhões), Bertin S.A. (R\$ 2,7 bilhões), Bracol Holding Ltda (R\$ 425,9 milhões), Vigor (R\$ 250,2 milhões) e a Eldorado (R\$ 2,8 bilhões). No período consultado não foram encontradas operações para as outras empresas do grupo, segundo a ONG.

Sustentado por crédito fácil do BNDES, o grupo elevou seu faturamento de R\$ 4 bilhões em 2006 para R\$ 170 bilhões no ano passado, um crescimento de mais de 4.000%. A multiplicação de riqueza levou Joesley Batista a entrar na lista dos 10 brasileiros mais ricos da revista Forbes. Com atuação em mais de 150 países, 300 unidades industriais e mais de 200 mil empregados, o grupo é o maior processador de proteína animal do mundo. Das fábricas, 56 estão nos Estados Unidos, controladas pela JBS USA Holding, que detém hoje cerca de 70% dos negócios dos irmãos Batista, que atuam na área de carnes, de alimentos, de laticínios, de calçados, de celulose e higiene pessoal, entre outros. O grupo tem ainda um banco, o Banco Original.

ES), que sempre foi muito formal comigo”, contou Joesley na sua delação.

E as investigações mostraram que não era apenas o dinheiro que irrigou as contas petistas que facilitou a vida das empresas do Grupo JBS. Um diretor do BNDES responsável por avaliar as operações com empresas envolvendo aquisições e aportes de capital era também membro do Conselho de Administração da JBS. Segundo reportagem do Fantástico exibida domingo, esse diretor do banco, hoje aposentado, é José Cláudio Rego Aranha. Como conselheiro da JBS tomava conhecimento das operações planejadas pela empresa que posteriormente seriam aprovadas por ele no BNDES.

O maior salto nos negócios do grupo ocorreu no período de 2007 a 2010, com as operações com o BNDES chegando a R\$ 8,1 bilhões. O Banco deu suporte financeiro (leia-se recursos públicos com custo baixo) para a compra da norte-americana Swift & Co, por US\$ 1,4 bilhão, sendo US\$ 225 milhões em dinheiro e US\$ 1,2 bilhão em dívidas. Dois anos depois, em setembro de 2009, com um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões do BNDES, os irmãos Batista adquiriram a

²³ https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/23/internas_economia,871042/saiba-como-a-jbs-sugou-o-bndes-para-expandir-seus-negocios.shtml. Acesso em 22/11/2020.

Pilgrims nos Estados Unidos. Com as aquisições feitas anteriormente, como os concorrentes Seara e a incorporação do Bertin, a JBS se tornou a maior processadora de carne bovina mundial. E seguiu crescendo. Em 2013 comprou, por US\$ 1,2 bilhão, a Primo Smallgood, na Austrália.

Ações polêmicas

Entre as aquisições da empresa com apoio do BNDES, a fracassada tentativa de aquisição da norte-americana National Beef deixou rastros das facilidades do grupo dentro do banco de fomento, em 2008. O banco teria emprestado quase R\$ 700 milhões para a operação, que foi bombardeada pelos norte-americanos e não foi concretizada. O dinheiro do BNDES não foi devolvido pelos irmãos batista, como teria reconhecido na semana, em nota, o presidente da J&F, Joesley Batista.

Sem os recursos dos empréstimos, o BNDES acabou convertendo os papéis recebidos em garantia dos créditos (debêntures) em ações da JBS por intermédio da BNDESPar, que passou a deter 21,3% da JBS. Essa operação foi condenada pelo Tribunal de Contas da União, por ter gerado um prejuízo de mais de R\$ 700 milhões. As facilidades da JBS no BNDES levaram a Polícia Federal a deflagrar a Operação Bullish com suspeita que os negócios com o grupo dos irmãos Batista tenham gerado um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão para o banco público.

Na contabilidade da expansão dos negócios, R\$ 1,6 bilhão vieram da abertura de capital da JBS, em março de 2007 e o restante dos vultosos empréstimos do BNDES, liberados com facilidade por conta das contribuições dos irmãos Batista aos políticos. Na sua delação, Joesley afirmou ter pago 18,5% dos empréstimos recebidos do BNDES em propina para políticos e partidos, o que, de 2007 a 2010, representa R\$ 1,4 bilhão. A maior parte desse dinheiro (R\$ 616 milhões) foi destinada ao PT, dono da chave do cofre do BNDES. Outro quinhão, de R\$ 453 milhões, foi para o PMDB, também governo. Juntos, receberam quase 70% da propina paga pela empresa.

Apesar de toda a propaganda divulgada sobre o caráter social e de desenvolvimento nacional, o BNDS premiava - e ainda premia, pois os mecanismos de acesso aos seus créditos continuam sendo proibitivos para quem realmente precisa deles - grandes negócios, falcaturias políticas e até mesmo crimes contra o patrimônio nacional, afinal ficar a comprar empresas estrangeiras com dinheiro brasileiro, faturar e reaplicar os dividendos no exterior ao mesmo tempo em que se recolhem os tributos devidos às atividades neste países, em nada contribui para o crescimento da economia brasileira. Pelo contrário: tiram-se recursos importantíssimos para mobilizar negócios no Brasil e distribuem entre outros países e castas de políticos e empresários "bem relacionados".

Mas, oficialmente, o discurso do BNDS é outro, conforme estamos a verificar.

Segundo o BNDS, as etapas para obtenção de crédito são as seguintes:

Etapas

"Ao chegar no BNDES, um pedido de financiamento passa por diversas fases de avaliação, com o envolvimento de diferentes equipes e decisões tomadas de forma colegiada"²⁴.

Apoio direto

O fluxo para solicitação de apoio direto no BNDES, de uma forma geral, compreende as etapas de **Habilitação, Solicitação de Apoio Financeiro, Análise, Contratação e Acompanhamento**, sendo nesta última que ocorrem os desembolsos dos recursos financeiros.

Na **Habilitação**, são analisados os aspectos cadastrais, de crédito e jurídicos dos clientes, grupo econômico e garantidores. O processo é iniciado com o envio de **Informações para Análise Cadastral e Crédito**. As análises são conduzidas pelas equipes do BNDES e a proposta de habilitação é apreciada pelo Comitê de Crédito e Operações (CCOp), composto pelos superintendentes do BNDES, com posterior comunicação ao cliente.

Concluída a habilitação, a etapa de **Solicitação de Apoio Financeiro** é iniciada com o recebimento da solicitação encaminhada pelo cliente. Veja como enviar sua solicitação de apoio financeiro em **Solicitação de apoio financeiro – Operações diretas e indiretas não automáticas**. Uma vez recebida a solicitação, a equipe responsável faz uma avaliação preliminar da aderência do projeto às Políticas Operacionais e de Crédito do BNDES, e avalia se o material recebido contém as informações mínimas requeridas para o início da análise. Havendo aderência e estando disponíveis as informações mínimas, se inicia a etapa de análise.

Na etapa de **Análise**, a equipe do BNDES se aprofunda em diversos aspectos da proposta de apoio, como por exemplo: projeto, empresa, licenciamento ambiental, viabilidade econômico-financeira, garantias oferecidas, aspectos jurídicos, regularidade fiscal e previdenciária. Para isso, poderão ser solicitadas novas informações aos clientes. Além disso, nessa etapa, a equipe do BNDES identifica, de acordo com regras pré-estabelecidas em normativo, a alçada decisória competente para deliberação da proposta de financiamento.

Sendo a alçada decisória da Diretoria do BNDES, a equipe responsável submete a proposta ao Comitê de Crédito e Operações (CCOp) para deliberação sobre a elegibilidade da operação, considerando as Políticas Operacionais e de Crédito do BNDES. Ao final da análise, a proposta de aprovação ou não do financiamento é submetida à deliberação da Diretoria do BNDES, com posterior comunicação ao cliente.

²⁴ encurtador.com.br/iCTUX. Acesso em 22/11/2020.

Sendo alçada decisória do Comitê de Crédito e Operações (CCOp), a equipe responsável submete a proposta para apreciação diretamente pelo Comitê que delibera pela aprovação ou não do financiamento, com posterior comunicação ao cliente.

Após a aprovação, inicia-se a etapa de Contratação, na qual são verificadas todas as condições precedentes aprovadas pela Diretoria ou pelo Comitê de Crédito e Operações (CCOp) e é formalizado o contrato de financiamento entre o BNDES e o cliente. Na contratação, os clientes devem aderir às Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES.

Inicia-se então a etapa de Acompanhamento, na qual os recursos do financiamento são disponibilizados ao cliente e é verificado o cumprimento das disposições aplicáveis e a evolução física e financeira do projeto apoiado.²⁵

Apoio indireto

No apoio indireto, o interessado deve pedir o financiamento em uma das instituições financeiras credenciadas ao BNDES (agente financeiro), de preferência aquela onde a empresa já tenha negócios.

As instituições financeiras credenciadas, que processam e assumem o risco dessas operações de financiamento, têm suas próprias políticas e normas de concessão de crédito. Seguindo seus padrões de análise de risco, podem aprovar a operação conforme a solicitação do cliente ou alterá-la no valor (percentual de participação do financiamento) e prazos, atendidos os limites máximos determinados pelo BNDES, demais normas e regulamentos do Banco Central e a legislação aplicável. São as instituições credenciadas que definem também as garantias da operação.

Como cada instituição tem seu procedimento próprio, o tempo para tomar a decisão sobre o crédito é de responsabilidade da instituição repassadora.

Somente após a aprovação do crédito pela instituição financeira, esta encaminhará a operação para a homologação do BNDES. Após essa etapa, a instituição financeira chamará seu cliente para contratar a operação. Depois de efetuados os registros contratuais, a instituição credenciada enviará ao BNDES o pedido de liberação da 1ª (ou única) parcela do crédito. Aprovado o pedido pelo BNDES, os recursos são liberados à instituição financeira, que os repassará ao cliente em até 1 dia útil.²⁶

Percebe-se que a na modalidade de apoio direto, há necessidade de que exista, por parte também da organização empreendedora, de um "colegiado" plenamente instruído para "caminhar" com firmeza entre os inúmeros meandros burocráticos impostos pelo BNDS, sendo que estamos vendo aqueles apenas

²⁵ encurtador.com.br/iCTUX. Acesso em 22/11/2020.

²⁶ Idem.

disponibilizados pelo site, o qual "faz de tudo" para passar a melhor impressão de proatividade junto ao tomador de crédito. Na prática administrativa, provavelmente as questões documentais deverão ser bem mais complexas do que as aqui apresentadas.

E, mais uma vez, no que tais procedimentos implicam? Implicam no direcionamento nada discreto do tomador para os "agentes intermediários" (bancos privados) novamente.

Taxas de juros cobradas

A formação da taxa de juros do BNDS muda de acordo²⁷ com a forma de apoio, direto ou indireto.

Para operações indiretas, a taxa de juros final será composta pelo Custo Financeiro, pela Taxa do BNDES (inclui a remuneração do BNDES e a taxa de intermediação financeira) e pela Taxa do Agente Financeiro:

Exemplo:

Custo financeiro = 7% a.a;

Taxa do BNDES = 1,5% a.a;

Taxa do agente = 3% a.a;

Fator Custo Financeiro = 1,07;

Fator Taxa do BNDES = 1,015;

Fator Taxa do Agente = 1,03;

Taxa de juros = $1,07 \times 1,015 \times 1,03 - 1 = 11,86\%$ a.a.

Para operações diretas, a taxa de juros final será composta pelo Custo Financeiro e pela Taxa do BNDES (inclui a remuneração do BNDES e a taxa de risco de crédito):

Exemplo:

Custo financeiro = 7% a.a;

Taxa do BNDES = 5% a.a;

Fator Custo Financeiro = 1,07;

Fator Taxa do BNDES = 1,05;

Taxa de juros = $1,07 \times 1,05 - 1 = 12,35\%$ a.a.

²⁷ encurtador.com.br/dyLP8. Acesso em 22/11/2020.

Custo financeiro

Reflete o custo de captação do BNDES em suas diversas fontes de recursos. Determinado conforme cada produto, linha de financiamento ou programa, podendo se compor por uma ou mais taxas como: TLP, SELIC, taxas indexadas ao IPCA, entre outras. As taxas podem sofrer variações ao longo do contrato de financiamento, gerando atualizações monetárias dos valores contratados.

Remuneração básica do BNDES

Reflete a remuneração da atividade do BNDES, cobrindo suas despesas administrativas e operacionais. A Remuneração Básica do BNDES estabelecida em cada produto, linha de financiamento ou programa é um referencial mínimo.

Taxa de risco de crédito

Reflete a remuneração para cobrir o risco de crédito incorrido em um financiamento direto realizado pelo BNDES, definida conforme a Política de Crédito do BNDES. Nas operações indiretas, o risco de crédito do cliente final é coberto pela remuneração da instituição financeira credenciada, já que é esta quem assume o risco da operação.

Taxa de intermediação financeira

Reflete a remuneração para cobrir o risco de crédito perante as instituições financeiras credenciadas.

Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

Reflete o risco de crédito assumido pelas instituições financeiras credenciadas nas operações indiretas, bem como a remuneração de suas atividades. A remuneração é determinada em função de critérios próprios da instituição financeira no momento da realização da operação, e seu valor é negociado entre a instituição e o cliente.

Outros encargos

Além das taxas de juros associadas às linhas e programas, existem comissões e encargos que podem ser cobrados pelo BNDES a título de contraprestação por serviços prestados.

Existe, ainda, uma tarifa cobrada pela não utilização do saldo do financiamento contratado, chamada de Encargo por reserva de crédito (0,1% por 30 dias ou fração incidente sobre o valor do crédito ou saldo não utilizado).

Sabendo que, atualmente, as taxas de juros do BNDS variam entre 11,86% ao ano e 12,35% ao ano, mas que o acesso a essas linhas de crédito é extremamente dificultado pelo próprio BNDS, olhemos as taxas de juros usualmente praticadas pelo setor privado onde o acesso ao crédito é muito mais fácil e menos burocratizado²⁸:

Taxa de juros do empréstimo consignado

O empréstimo consignado é uma das linhas mais atrativas para quem busca economizar nas parcelas. A modalidade de crédito exclusiva para beneficiários do INSS, funcionários públicos e de empresas privadas é considerada uma alternativa de crédito saudável.

Isso porque a taxa de juros do consignado está entre as menores do mercado, chega a ser até dez vezes mais barata que outras convencionais, como o cheque especial ou o rotativo do cartão de crédito.

Para se ter uma ideia, no consignado a taxa média de juros varia entre 20% e 35% ao ano. Enquanto isso, modalidades de empréstimos mais populares entre os consumidores chegam a bater a exorbitante marca de três dígitos.

Veja, a seguir, um comparativo entre as taxas de juros do empréstimo consignado privado entre as principais instituições financeiras que oferecem o serviço:

Instituição	Taxas de juros	
	% a.m.	% a.a.
CREDITAS	1,29	16,06
BANCO SAFRA	1,73	22,86
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,83	24,30
BANCO INTER	1,95	26,06
BANCO DO BRASIL	1,96	26,23
BANCO BRADESCO	2,09	28,23
BANCO AGIBANK	2,43	33,40
BANCO SANTANDER	2,43	33,43
ITAÚ UNIBANCO	2,72	38,00
BV FINANCEIRA	3,48	50,69

²⁸ <https://www.creditas.com/exponencial/entenda-as-taxas-de-juros-de-emprestimo/>. Acesso em 22/11/2020.

***Dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, obtidos em novembro de 2019.**

Taxa de juros do empréstimo pessoal

As taxas de juros do empréstimo pessoal também variam de acordo com a política do agente financeiro, valor solicitado, período de pagamento, histórico e perfil financeiro de quem solicita o crédito.

Muitas pessoas recorrem ao empréstimo pessoal devido a facilidade na contratação, já que essa modalidade não exige análises de crédito complexas. No entanto, é justamente essa facilidade que faz com que as taxas de juros sejam altas, visto que a instituição financeira não possui garantias de que a dívida será quitada.

Veja a média dos juros praticados nas principais instituições financeiras na modalidade de empréstimo

Instituição	Taxas de juros	
	% a.m.	% a.a.
BANCO DO BRASIL	2,84	39,91
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3,29	47,46
ITAÚ UNIBANCO	3,98	59,65
BANCO SANTANDER	4,13	62,43
NUBANK	4,23	64,48
BANCO ORIGINAL	5,10	81,56
BANCO BRADESCO	5,23	84,29
BV FINANCEIRA	6,32	108,54
BANCO AGIBANK	17,15	568,09
CREFISA	21,72	957,89

*

Dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, obtidos em novembro de 2019.

Como foi claramente demonstrado nos argumentos acima, percebemos que as linhas de crédito do BNDS apresentam como características principais serem as melhores opções de crédito para investimentos para as pequenas e médias empresas do Brasil, mas - paradoxalmente - são opções cujo acesso, pelas PMEs, é praticamente blindado em prol de determinados grupos econômicos.

Ainda assim, mesmo que apenas textualmente, o BNDS apresenta-se como um órgão comprometido com o desenvolvimento sustentável no Brasil e a responsabilidade social em um sentido amplo.

Sustentabilidade, Responsabilidade Ambiental e Social

Sustentabilidade

Ao apresentarmos ao leitor as características fundamentais que regem os mercados financeiros, antes de nos enveredarmos pelos caminhos do Desenvolvimento Sustentável tivemos a intenção de demonstrar o quão articulados e enraizados estão os instrumentos econômicos-financeiros.

Para nós, cidadãos comuns, preocupados com o desempenho satisfatório de nossas "missões" como trabalhadores, pais, filhos e amigos, a existência real de tais sistemas financeiros - os quais dominam a nossa vida - parecem irreais. Não percebemos, pois, o quanto a taxa SELIC impacta o preço do arroz que compramos no mercado; não temos ideia de como os fluxos financeiros de aplicações são utilizados das nossas poupanças por grandes bancos investidores para o auferir de lucros, utilizando mecanismos econômicos "alienígenas" para a maioria de nós.

De maneira análoga, os conceitos de sustentabilidade, meio-ambiente e afins "passam" despercebidos diante de nossos olhares e mentes ocupadas com o dia a dia. Não nos preocupamos com o que acontece ao meio ambiente que nos cerca, afinal de contas a água potável escorre das torneiras de nossas casas nas grandes cidades brasileiras e nossos dejetos orgânicos desaparecem, como que por milagre, ao acionarmos uma simples descarga.

Pensamos que o "problema não é nosso, é das autoridades" ou simplesmente não pensamos nada. Assistimos no noticiário queimadas fantásticas destruindo vidas e vilas nos Estados Unidos da América, uma das maiores potências econômicas do planeta, com o mesmo desdém que vemos a fuga de milhares de pessoas de catástrofes climáticas na oceania ou no Japão.

Além de mostrar aos administradores das PMEs as necessidades e os cuidados a serem estabelecidos para conseguir fontes de financiamento junto ao BNDS, por exemplo, um dos objetivos do presente trabalho é mostrar como nossa ausência participativa (cidadã e organizacional privada) em processos fundamentais

da sociedade como economia e sustentabilidade tem deixado um rastro de "terra arrasada", tal qual uma guerra sem vencedores.

É preciso percebermos que fazemos parte da multidão que terá a economia arrasada pela próxima crise ou seremos muitos dos componentes das estatísticas de afetados pela próxima destruição ambiental.

Conforme as palavras de Martin Niemöller²⁹:

**Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.
Como não sou judeu, não me incomodei.
No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista.
Como não sou comunista, não me incomodei.
No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico.
Como não sou católico, não me incomodei.
No quarto dia, vieram e me levaram: já não havia mais ninguém para reclamar...**

Nossa passividade ultrajante diante das realidades sendo distorcidas, dos Direitos de todos os povos sendo desrespeitados nos encurrala dentro de um cubículo da "Sociedade de Consumo" onde não conseguimos enxergar o que está acontecendo no cubículo ao lado do nosso.

Ao falarmos de sociedade de consumo, imediatamente nos remetemos a Jean Baudrillard, famoso autor que colocara o consumo no mesmo estatuto da linguagem e da cultura, na medida em que o consumo moderno é um sistema de troca socializada de signos³⁰.

A ideologia igualitária do bem-estar. Todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua a da propensão natural para a felicidade. Inscrita em caracteres de fogo por detrás da menor publicidade para as Canárias ou para os saís de banho, a felicidade constitui a referência absoluta da Sociedade de Consumo, revelando-se como o equivalente da salvação. Mas que felicidade é esta, que assedia com tanta força ideológica a civilização moderna? A seu respeito, importa também rever toda a visão espontânea. A força ideológica da noção de felicidade não deriva da inclinação natural de cada indivíduo para a realizar por si mesmo. Advém-lhe, socio-historicamente, do facto de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o mito da igualdade. Toda a virulência política e sociológica, com que este mito se encontra lastrado desde a Revolução industrial e as Revoluções do séc. XIX, foi transferida para a Felicidade. Que a Felicidade ostente, à primeira vista, semelhante

²⁹ NIEMÖLLER , Emil Gustav Friedrich Martin. (1892- 1984).

³⁰ BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: 1995, Edições 70. p.47

significado e função, induz consequências importantes quanto ao respectivo conteúdo: para ser o veículo do igualitário, é preciso que a Felicidade seja mensurável. Importa que se trate do bem estar mensurável por objectos e signos, do conforto - na expressão de Torcqueville, que já notava a tendência das sociedades democráticas para a intensificação do bem estar - enquanto reabsorção das fatalidades sociais e igualização de todos os destinos. A felicidade como fruição total e intreior, felicidade independente de signos que poderiam manifestá-la aos olhos de outros e de nós mesmos, sem a necessidade de provas, encontra-se - desde já - excluída do ideal de consumo, em que a felicidade surge primeiramente como exigência de igualdade (ou, claro está, de distinção) e deve, em tal demanda, significar-se sempre a "propósitos" de critérios visíveis. Sendo assim a felicidade distancia-se ainda mais de toda festa ou exaltação colectiva, já que, alimentada por uma exigência igualitária, se funda nos princípios individualistas, fortificados pela declaração dos direitos do homem e do cidadão, que reconhecem, explicitamente, a cada indivíduo, o direito à Felicidade.

Acontece que, em nossa sociedade atual, a propensão para a felicidade é mantida através de uma alienação que transcende até mesmo valores que nos são impostos pela própria e atual sociedade de consumo, gerando um ciclo negativo de constante decepção com si mesmo, enquanto seres humanos, enquanto indivíduos.

Responsabilidade Ambiental

É pregada, por exemplo, nossa íntima relação com a natureza através de belíssimas campanhas publicitárias e textos - como veremos adiante - que supervalorizam o meio ambiente, a biota como um todo. Em princípio, parece-nos que compartilhamos do pensamento de um nobre e lendário habitante do século XIX³¹:

(...) Como pode-se comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo.

³¹ Trecho da teórica carta escrita pelo chefe Sioux Touro Sentado ao então Presidente dos EUA, em 1855. Fonte: <https://douglasbucalem.wordpress.com/2012/01/21/carta-do-chefe-sioux-touro-sentado-ao-presidente-dos-eua-em-1855/>. Acesso em 05/12/2020.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro. Porque ele é um estranho, que vem de noite e rouba da terra tudo quanto necessita. A terra não é sua irmã, nem sua amiga, e depois de exauri-la ele vai embora. Deixa para trás o túmulo de seu pai sem remorsos. Rouba a terra de seus filhos, nada respeita. Esquece os antepassados e os direitos dos filhos. Sua ganância empobrece a terra e deixa atrás de si os desertos. Suas cidades são um tormento para os olhos do homem vermelho, mas talvez seja assim por ser o homem vermelho um selvagem que nada compreende.

Não se pode encontrar paz nas cidades do homem branco. Nem lugar onde se possa ouvir o desabrochar da folhagem na primavera ou o zunir das asas dos insetos. Talvez por ser um selvagem que nada entende, o barulho das cidades é terrível para os meus ouvidos. E que espécie de vida é aquela em que o homem não pode ouvir a voz do corvo noturno ou a conversa dos sapos no brejo à noite? Um índio prefere o suave sussurro do vento sobre o espelho d'água e o próprio cheiro do vento, purificado pela chuva do meio-dia e com aroma de pinho. O ar é precioso para o homem vermelho, porque todos os seres vivos respiram o mesmo ar, animais, árvores, homens. Não parece que o homem branco se importe com o ar que respira. Como um moribundo, ele é insensível ao mau cheiro (...)

Mas na prática, somos as pessoas que se maravilham com o milagre da caixa de descarga de dejetos.

Em meados do século XX, por exemplo, tivemos uma das maiores destruições causadas pela ação do homem ao meio ambiente: a tragédia do mar de Aral³².

O Mar de Aral fica situado a aproximadamente 600 km do Mar Cáspio. Costumava haver nele mais de 1.100 ilhas, separadas por lagoas e estreitos apertados, que deram ao mar o seu nome; na língua kasaque, Aral significa 'ilha'. No presente, a Kok Aral, a maior de todas as ilhas (é agora uma península) dispersas pelo Mar de Aral, separa a parte nordeste, chamada Pequeno Aral, da parte sudoeste, chamada o Grande Aral. Esta forma a fronteira natural entre Kasaquistão e Uzbequistão, que partilham entre si o lago. As duas partes estão ligadas pelo estreito de Berg. O Mar de Aral era, até 1960, o quarto maior lago do mundo, cobrindo uma área de 66 mil quilómetros quadrados, com um volume estimado de mais de 1.000 km cúbicos [Kabori e Glantz, 1998]. Embora seja chamado um mar, na realidade é um lago terminal, alimentado por dois rios principais: Sirdaria no norte e Amudaria no sul. Este último, o maior rio da região, começa nas montanhas de Kunlun na cordilheira Hindu Cushe, dirige-se para noroeste através dos Montes Pamir e depois passa pelo Kirguizistão, Tadjiquistão, Uzbequistão (que forma fronteira com o Afeganistão), Turkménistão, e volta a passar por Uzbequistão antes de entrar no Mar de Aral. O Sirdaria que começa na base

³² http://resistir.info/asia/mar_de_aral.html. Acesso em 05/12/2020.

norte das montanhas Tien Shan no Kirguizistão, corre através de Tadjiquistão, Uzbequistão, Kasaquistão e depois entra no Mar de Aral [Islamov, 1998]. Por conseguinte, embora o Mar de Aral se situe entre Uzbequistão e Kasaquistão, todos os cinco estados da Ásia Central compartilham a bacia do Mar de Aral, uma área de 690 mil quilómetros quadrados. [2] Os caudais destes dois sistemas fluviais perenes, sustentavam um nível estável no Mar de Aral. Ao longo dos séculos, cerca de metade do caudal dos dois rios alcançou o Mar de Aral. Um vasto delta sustentava uma prolífica actividade piscatória. No lago, encontrava-se uma variedade de espécies de peixes que eram pescados, incluindo certas espécies que só existiam no Mar de Aral, entre eles o famoso esturjão de Aral. As suas águas alimentavam indústrias de pesca locais com capturas superiores a 40 mil toneladas anuais, enquanto os deltas dos seus principais afluentes abrigavam dezenas de lagos mais pequenos e terrenos alagadiços de grande riqueza biológica. Florestas cerradas de juncos e canas, algumas vezes estendendo-se vários quilómetros em direcção ao mar, rodeavam as margens do lago. À volta do lago e no delta fluvial, viviam grandes populações de *saikas* (antílopes), javalis selvagens, lobos, raposas, almíscares, perus, gansos e patos.

O Mar Aral era como um grande oásis no deserto. Durante muitos séculos, as estepes e as regiões semi-desertas abrigaram vários grupos étnicos. Antes da chegada da Rússia imperial, a população que vivia na área do Mar de Aral era, predominantemente, nómada. Este modo de vida era, até certo ponto, essencial, devido às condições de desertificação ambiental. O clima é fortemente continental e a paisagem é do tipo semi-deserto. A precipitação anual é de cerca de 200 mm. Não é possível haver agricultura com esta quantidade de chuva. Somente na zona perto dos dois rios era possível ter agricultura e por esse motivo, as pessoas que estavam afastadas das margens dos rios, viviam unicamente da criação de gado. A primeira tarefa do governo imperial russo foi fixar a população em comunidades agrícolas. Perceberam que uma terra seria boa para agricultura se houvesse água disponível. No final do século XIX, cultivou-se algodão a uma relativamente larga escala quando se introduziram novas tecnologias de irrigação. Foram abertos canais para facilitar o processo de irrigação e uma boa proporção da produção agrícola da Ásia central estava completamente dependente da irrigação.

Morte do Mar de Aral

É publicamente aceite que esta morte trágica do Mar de Aral começou em 1960. Foi o ano em que os projectistas de Moscovo inauguraram o Projecto do Mar de Aral, um ambicioso programa económico que visava a conversão de terrenos baldios na cintura do algodão da União Soviética. Os projectistas atribuíram à Ásia central o papel de fornecedor de matérias-primas, em especial de algodão. Isto conduziu a uma redução substancial de sementeiras de colheitas tradicionais como a alfafa e de plantas que se cultivavam para fornecer óleo vegetal. Pomares e árvores de amoras foram arrancados para permitir plantar mais algodão. O desejo de expandir a produção de algodão para as terras desertas aumentou a dependência da Ásia central da irrigação, especialmente do Uzbequistão.

O Mar de Aral e os seus afluentes pareciam ser uma fonte inesgotável de água. Foram abertos canais de grande extensão para espalhar as águas dos Amudaria e Sirdaria por todo o solo desértico. A área irrigada aumentou a sua

superfície em menos de uma década para 6,9 milhões de hectares: metade dessas terras produziam algodão e a outra metade arroz, trigo, milho, frutas, legumes e forragens para o gado. Não é necessário dizer-se que a agricultura de regadio não foi planeada com o propósito de destruir a natureza. Gerando um enorme rendimento, a agricultura de regadio constituiu um sucesso brilhante. Segundo Moscovo, os anos iniciais do projecto foram uma proeza. As quotas de produção do algodão e de outros produtos eram realizadas ou excedidas ano após ano. A bacia do Mar de Aral tornou-se o principal fornecedor do país de produtos frescos. Os rendimentos nas cinco repúblicas da Ásia central que compartilhavam a bacia – Kasaquistão e Uzbequistão, ao redor das margens do Mar de Aral e Kirguizistão, Tadjiquistão e Turkmenistão ao sul na bacia hidrográfica dos rios Amudaria e Sirdaria – aumentavam regularmente. De 1940 a 1980, a produção de algodão soviético aumentou de 2,24 para 9,1 milhões de toneladas. A maior parte deste algodão era proveniente do Uzbequistão, Turkmenistão e Tadjiquistão, que, conjuntamente, eram responsáveis por quase 90% de toda a produção soviética [Critchlow,199].

As complicações surgiram porque a contracção do Mar de Aral, e outras consequências causadas pela irrigação, tinham sido tratadas como questões sem importância pelas autoridades até 1970. Não foi o projecto em si, mas antes os métodos agrícolas mal concebidos e mal geridos que destruíram a economia, saúde e ecologia da bacia do Mar de Aral, afectando milhões de pessoas. Foram construídos numerosos canais e a construção de várias barragens foi feita precipitadamente. Por altura de 1978, uma extensa rede de canais de irrigação estendeu-se pelos desertos para matar a sede ao algodão ao longo de 7,7 milhões de hectares, principalmente em Uzbequistão. Os canais principais e secundários foram escavados na areia sem terem sido colocadas condutas tubulares, e não se procedeu à cimentação. Também não se prestou importância à drenagem dos solos. Em certas alturas do ano, eram fechadas as comportas e a água era dirigida directamente para os campos, um sistema que causava uma tremenda perda de água. Menos de 10% da água absorvida era directamente benéfica para a colheita. A restante desaparecia no solo arenosos ou evaporava-se. Foram estes programas largamente ineficazes que eram adoptados para satisfazer a enorme procura de água que, por fim, resultaram na secagem do Mar de Aral. A resultante descida de nível do Mar de Aral era suposta ser remediada por projectos ambiciosos de desvio de rios no norte da Rússia. Esses projectos nunca se realizaram e o lago continuou a secar ano após ano. O resultado foi catastrófico, e a irrigação que fez florescer o deserto e aumentar os rendimentos, pôs em marcha uma desastrosa cadeia de acontecimentos logo detectados na descida dos níveis de água e no declínio das capturas de peixe.

Portanto, infelizmente, em vinte anos, o quarto maior mar interior da terra passou a ser uma planura de sal, seca, contaminada e tóxica. A crise ecológica na área do Mar de Aral atinge agora a que foi a fértil república autónoma do Karakalpaquistão no Uzbequistão, Tashauz Velayat no norte do Turkmenistão e Kzyl Orda Oblast na parte ocidental do Kasaquistão. Toda esta região foi atacada por um dos piores desastres ambientais. Antes de 1960, entravam no Mar de Aral 55 biliões de metros cúbicos de água, conservando-o a um nível saudável. Durante os anos 80, a média do caudal que corria para o lago era de apenas 7 mil milhões de metros cúbicos. Recentemente, apenas de 1 a 5 mil milhões de

metros cúbicos chegam anualmente ao lago. Perderam-se desde 1960, 75% do volume do lago, e há fortes receios de que secará totalmente por volta de 2015. No passado, o Mar de Aral oscilava em resposta às condições climáticas no mundo, subindo quando os glaciares derretiam e descendo quando se formavam. Em condições naturais o Mar de Aral subiria neste momento – o Mar Cáspio que se encontra próximo subiu 2 metros desde 1977 devido ao aumento da precipitação e diminuição da evaporação.



Ilustração 1- imagem do mar de Aral nos anos 1940

Acima e abaixo, podemos observar um dos portos das inúmeras cidades que viviam às custas da pesca do mar de Aral³³.



Ilustração 2 - imagem do mar de Aral nos anos 1940

Porém, depois de apenas 20 anos de exploração sem nenhuma preocupação com sustentabilidade, meio ambiente ou quaisquer outros referenciais sócio-

³³ Do arquivo do autor de pesquisas na Internet realizadas em 2015.

ambientais, o que era um mar se tornou um deserto. Não bastasse tal fato, o sal acumulado no fundo passou a ser espalhado pelos ventos formados pelo aquecimento geral da região (como em uma corrente de convecção). Estes ventos levando nuvens de sal passaram a matar a vegetação ao redor, ampliando a cada dia o deserto de Aral.



Ilustração 3 - imagens do "mar" de Aral nos anos 1995.

Eis, por que tanto importa que o presente trabalho não seja somente uma obra de estante, mas sim um ponto de reflexão sobre o que fazemos pelo planeta em troca da vida que ele nos oferece³⁴:

A relação homem x natureza existe desde o início dos tempos, quando o homem ainda não usufruía potencialmente de sua cognição e intelecto e já necessitava retirar do ambiente o mínimo para seu sustento. Nos primórdios de sua existência, o homem já percebia a necessidade de interagir com a natureza e dela extrair os insumos essenciais para garantir sua subsistência. Ao longo de seu processo evolutivo, o homem permaneceu interagindo com meio ambiente, entretanto a exploração da natureza se intensificou de maneira desproporcional em razão do desenvolvimento da sociedade e das demandas crescentes por recursos que, certamente e fatalmente, deixariam de existir diante do consumo desenfreado. A essência deste relacionamento crítico homem x natureza insurge quando o primeiro passa a sobrepor o consumo que garante a sua subsistência, em reflexo às demandas criadas pela sociedade de consumo. Em verdade, a evolução do homem, ao mesmo tempo em que fomentou o desenvolvimento econômico, foi devastadora com os recursos naturais.

Até meados do séc. XVIII, período anterior à Revolução Industrial, a sociedade se valia preponderantemente de trabalhos artesanais (manufatura), com o emprego básico

³⁴ CIOFI, José Leandro. Gestão Ambiental de Desenvolvimento Sustentável. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES-Estácio, 2015.

apenas de ferramentas de apoio aos trabalhos. Os artesãos cuidavam da extração de matéria-prima em quantidades pequenas e também da comercialização dos produtos prontos. A economia era baseada em atividades de produção muito pequenas e suficientes para garantir as necessidades básicas contemporâneas daquela sociedade. A partir da Revolução Industrial, a produção em série passou a multiplicar os bens produzidos, assim como também multiplicou o consumo de matérias-primas e a lucratividade dos empresários. Os trabalhadores "autônomos" se transformaram em empregados e assim passaram a ser estabelecidas as primeiras relações de trabalho.

O avanço tecnológico foi fundamental para a ampliação da produção e do consumo, uma vez que as máquinas desenvolvidas já eram capazes de desempenhar trabalhos de milhares de operários, acelerando o processo produtivo e reduzindo drasticamente os custos de produção. O avanço tecnológico foi fundamental para a ampliação da produção e do consumo, uma vez que as máquinas desenvolvidas já eram capazes de desempenhar trabalhos de milhares de operários, acelerando o processo produtivo e reduzindo drasticamente os custos de produção.

Este processo trouxe consigo um aumento significativo de renda para a sociedade, genericamente. Ainda que não houvesse uma distribuição equitativa de renda, a Revolução Industrial fomentou o desenvolvimento da economia, uma vez que ela passou a girar em uma velocidade muito maior.

O processo de evolução trazido pelo crescimento da indústria teve início na Grã-Bretanha e logo se estendeu a vários outros países da Europa, como Alemanha, França e Itália. Estes efeitos se alastraram para outros continentes como Ásia e América.

Em consequência desta expansão, outros efeitos foram sofridos, especialmente pela sociedade, no séc. XVIII, principalmente de ordem social. As indústrias, mesmo contando com o trabalho desempenhado pelas máquinas, ainda demandavam mão de obra de operários, que cumpriam exaustivas jornadas de trabalho. Adicionalmente, as atividades industriais já eram capazes de produzir uma alta concentração de poluição.

Pode-se notar, neste contexto, novas questões críticas geradas pelo desenvolvimento industrial atingindo também as esferas sociais. Sinteticamente, este desenvolvimento alcançou efeitos no meio ambiente e também na sociedade.

Todos sabemos, em maior ou menor grau, quais foram e quais são os efeitos causados pelo nosso desenvolvimento.

Tamanha é a influência do homem em na atual era geológica da Terra, que muitos pesquisadores já a definem como Antropoceno.

O relatório de Brundtland, em 1987, o documento intitulado "Nosso Futuro Comum" (do relatório de Brundtland) conceitua "sustentabilidade como o

desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades".

Segundo Almeida³⁵

Em meio aos principais questionamentos no que tange o conceito de sustentabilidade, insta a conjectura de que responsabilidade social e sustentabilidade são conceitos idênticos. Entretanto, ambos são conceitos considerados complementares. O que se identifica quando o conceito de sustentabilidade é abordado, é a capacidade de produzir com menor impacto ambiental, minimizando o consumo de materiais e gerando um menor montante de resíduos e subprodutos para o meio ambiente.

Para SILVA³⁶, Sustentabilidade é o processo político, participativo que integra a sustentabilidade econômica, ambiental, espacial, social e cultural, sejam elas coletivas ou individuais, tendo em vista o alcance e a manutenção da qualidade de vida, seja nos momentos de disponibilização de recursos, seja nos períodos de escassez, tendo como perspectivas a cooperação e a solidariedade entre os povos e as gerações.

A sustentabilidade importa, dessa maneira, não somente para as futuras gerações e suas respectivas qualidades de vida - ou sobrevida - mas também para as gerações atuais e a forma como que participam dos processos sociais e ambientais.

Responsabilidade Social

Já a responsabilidade social remete-nos imediatamente às obrigações das organizações e do Estado, jamais para nossas próprias obrigações e responsabilidades sociais em relação ao meio ambiente e à forma como produzimos detritos e descartamos os restos de nossas atividades.

Para as empresas, a responsabilidade social está sustentada por 4 pilares, quais sejam econômicos, éticos, legais e discricionários.

³⁵ ALMEIDA, Marcelo de. Sustentabilidade. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES - Estácio, 2015. p.10.

³⁶ SILVA, 2006, p.132 *in* ALMEIDA, Marcelo de. Sustentabilidade. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES - Estácio, 2015. p. 15.

³⁷Uma importante contribuição para uma definição mais clara e prática de responsabilidade social por parte das corporações é expressa por Carrol (1.999), que divide responsabilidade social em quatro pilares: econômico, legal, ético e discricionário. Este último aspecto indica que as ações de uma empresa que vão além do caráter compulsório, que partem voluntariamente, que são realizadas unicamente por se tratar de uma corporação com compromisso com todos os seus agentes são, de fato, um provento de responsabilidade social. Por se relacionar com diversos agentes internos e externos, as corporações acabam atuando de maneira a não somente prover valores ou lucratividade, como também em criar um canal que permita melhor relacionamento com as partes interessadas.

A responsabilidade ambiental é um atributo de empresas e cidadãos que, dentro de sua escala de impacto no meio ambiente, que se torna a medida de suas preocupações com tais impactos. Responsabilidade ambiental é, em outras palavras, preservar o meio ambiente onde se trabalha, se vive e recuperar os ambientes já degradados por atividades anteriores e a ignorância humana.

Nas empresas, a responsabilidade ambiental se traduz nas políticas ambientais desenvolvidas internamente e seus impactos internos e externos.

Usualmente, uma política ambiental precisa desenvolver normas aplicáveis em consonância com a legislação vigente, deve estabelecer tanto estruturas de execução, quanto estruturas de fiscalização e controle. Todos os processos devem ser documentados, a fim de que possa se analisar a evolução ou involução na consecução de objetivos preestabelecidos³⁸:

A política ambiental de uma empresa pode ser caracterizada por um conjunto de ações ordenadas e práticas adotadas pela firma, cuja essência serve para mostrar à sociedade, aos consumidores e até mesmo ao governo, quais são os princípios ambientais que orientam suas práticas organizacionais. Consequentemente, toda e qualquer política ambiental de uma organização empresarial tem também como objetivo tentar minimizar os impactos ambientais gerados pelo crescimento econômico.

Além disso, destaca-se que toda e qualquer política ambiental por parte das empresas nutre-se de

³⁷ ALMEIDA, Marcelo de. Sustentabilidade. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES - Estácio, 2015. p. 16.

³⁸ TAVARES, Antônio Elder de Oliveira. Economia do Meio Ambiente e Financiamento de Projetos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES - Estácio, 2015.

instrumentos que possam garantir um futuro com desenvolvimento e preservação ambiental e tente igualmente (se não resolver, pelo menos) mitigar toda e qualquer externalidade causada no mercado por meio da sua atividade empresarial.

O BNDS e suas políticas divulgadas

O site do BNDS, conforme já fora comentado várias vezes na presente pesquisa exploratória, apresenta-se como um portal para um mundo irreal de investimentos preocupados com questões sócio-econômicas, desenvolvimento sustentável e conservação ambiental, conforme podemos ver abaixo³⁹:

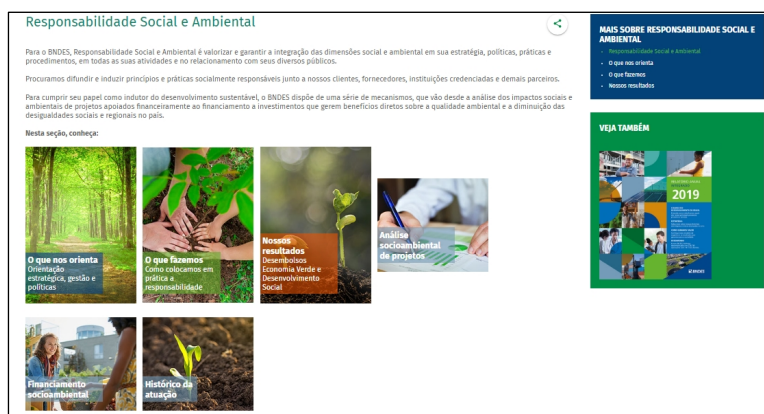
Para o BNDES, Responsabilidade Social e Ambiental é valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades e no relacionamento com seus diversos públicos.

Procuramos difundir e induzir princípios e práticas socialmente responsáveis junto a nossos clientes, fornecedores, instituições credenciadas e demais parceiros.

Para cumprir seu papel como indutor do desenvolvimento sustentável, o BNDES dispõe de uma série de mecanismos, que vão desde a análise dos impactos sociais e ambientais de projetos apoiados financeiramente ao financiamento a investimentos que gerem benefícios diretos sobre a qualidade ambiental e a diminuição das desigualdades sociais e regionais no país.

Vejamos também os "prints" das páginas principais dedicadas à divulgação dessas iniciativas:

Dentro dos mais conceituados padrões técnicos de publicidade e propaganda, o BNDS traz em seu site as imagens belas, a programação visual bem feita e todos os recursos argumentativos necessários para mostrar uma realidade que não existe no mundo real.



³⁹ encurtador.com.br/rsCJZ. Acesso em 22/11/2020.

Responsabilidade social e ambiental no relacionamento com clientes

No relacionamento com nossos clientes, levamos em conta as externalidades sociais e ambientais dos projetos apoiados.

Os empreendimentos são analisados quanto a seus riscos e impactos sociais e ambientais, o que inclui a exigência da comprovação da regularidade ambiental.

A classificação de risco socioambiental dos empreendimentos pode levar a recomendações de ajuste e até ao acréscimo de cláusulas sociais e ambientais nos contratos, adicionais às obrigações já previstas por lei.

Conheça:

<p>Análise socioambiental dos projetos apoiados</p> <p>Avaliação dos impactos sociais e ambientais em projetos apoiados, considerando as características do setor</p>	<p>Contratação e acompanhamento</p> <p>Inclusão da dimensão socioambiental nos contratos e no acompanhamento das operações</p>	<p>Apoio financeiro a investimentos sociais e ambientais</p> <p>Disponibilização de linhas específicas para promoção de investimentos associados a questões sociais e ambientais</p>
--	---	---

Veja

também:

- Política Socioambiental

MAIS SOBRE RELACIONAMENTO COM CLIENTES

- Responsabilidade social e ambiental no relacionamento com clientes
- Análise socioambiental
- Contratação e acompanhamento socioambiental de operações
- Cláusula social
- Financiamento socioambiental

Mais que indignação, a leitura dos textos nos faz questionar a quem o BNDS deseja enganar. Mais que indignação, a leitura dos textos nos traz perguntas como um banco voltado ao desenvolvimento econômico de um país pode apresentar tais informações enquanto os índices de pobreza, desemprego, desmatamento e fome aumentam dia a dia em todo o Brasil.

Conclusão

Verificamos que o BNDS, tanto quanto outras ferramentas governamentais mal utilizadas, poderia realmente ser um diferencial na vida de milhares de empreendedores Brasileiros e, conseqüentemente, ser um vetor de fortalecimento da economia e da qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Para tanto, haveria a necessidade de, em primeiro lugar, fazer-se cumprir o que está estabelecido em sua missão e visão corporativas. Em segundo lugar e em decorrência da própria missão, criar-se agências de contato direto do BNDS com as PMEs, facilitando o relacionamento real e o acesso às suas linhas de crédito.

Em terceiro lugar, tratando de um banco voltado ao desenvolvimento e não ao lucro, haveria a necessidade de se revisar inclusive as políticas de concessões de crédito, pois o Brasil, em pleno século XXI ainda é um país de terceiro mundo, onde os pequenos empresários sobrevivem em meio a uma enxurrada tributária absurda e sofrem contínuos reveses, os quais por vezes levam os cnpj's de suas organizações a terem restrições de crédito as quais seriam facilmente administradas por uma política real de reestabelecimento da capacidade financeira dessas empresas.

Não se prega, no entanto, que se distribua dinheiro para qualquer empresa pequena e média sem responsabilidades e sem as devidas preocupações, mas que

se cumpram as finalidades estabelecidas na própria Constituição Brasileira, continuamente desconsideradas por políticas desordenadas.

Segundo o artigo 3º de nossa Constituição, "constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Ora, existiria, pois, ferramenta melhor que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para efetivar tais objetivos fundamentais?

É preciso que os poderes legislativos e executivos, a nível federal, revejam as políticas de trabalho que são realmente aplicadas no BNDS à luz da realidade brasileira, uma vez que apenas palavras escritas e não realizadas tornam a nossa Constituição nada mais que uma "folha de papel", onde os Direitos de um povo são negligenciados continuamente, onde a Sustentabilidade dos Negócios é uma ilusão, onde a Preservação Ambiental é uma falácia.

O Brasil pode e precisa mudar e o BNDS pode vir a se tornar um dos mais importantes vetores dessa mudança.

Recife, aos 22/11/2020.

Wellington Carlos Prates

TOM PRATES
TOM@SAOMICHEL.COM.BR
81 9 9791-3416



SÃO MICHEL
EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS LTDA

Bibliografia e Referências

- ALEXANDRE, Ricardo. Deus, João de. Direito Administrativo, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- ALMEIDA, Marcelo de. Sustentabilidade. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES - Estácio, 2015.
- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: 1995, Edições 70.
- CIOFI, José Leandro. Gestão Ambiental de Desenvolvimento Sustentável. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES-ESTÁCIO, 2015.
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. 3ª Edição. Barueri. São Paulo: Manole, 2012.
- NIEMÖLLER, Emil Gustav Friedrich Martin. (1892- 1984).
- QUIROGA, Roberto Mosquera. Tributação no mercado financeiro e de capitais. São Paulo: Dialética. 1999.
- SÁ, Estácio de. Tributação do Mercado Financeiro e de Capitais. Apostila p.3 - Rio de Janeiro: Ed. Estácio, 2018.
- TAVARES, Antônio Elder de Oliveira. Economia do Meio Ambiente e Financiamento de Projetos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: SESES - Estácio, 2015
- Tributação Setorial v1 / Organizadores: Sérgio Guerra, Joaquim Falcão, Rafael Almeida - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- <https://bityli.com/eTRIh>, acesso em 11/10/2020 às 16:36hs
- <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/cmn>, acesso em 30/08/2020.
- http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html acesso em 30/08/2020
- <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional> acesso em 30/08/2020
- <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em 21/11/2020.
- encurtador.com.br/msFIK. Acesso em 22/11/2020
- <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/04/venezuela-cuba-e-mocambique-devem-mais-de-r-2-bilhoes-ao-bndes.ghtml>. Acesso em 22/11/2020.
- https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/23/internas_economia,871042/saiba-como-a-jbs-sugou-o-bndes-para-expandir-seus-negocios.shtml. Acesso em 22/11/2020.
- encurtador.com.br/iCTUX. Acesso em 22/11/2020.

encurtador.com.br/dyLP8. Acesso em 22/11/2020.

<https://www.creditas.com/exponencial/entenda-as-taxas-de-juros-de-emprestimo/>.

Acesso em 22/11/2020.

encurtador.com.br/rsCJZ. Acesso em 22/11/2020.

[https://douglasbucalem.wordpress.com/2012/01/21/carta-do-chefe-sioux-touro-](https://douglasbucalem.wordpress.com/2012/01/21/carta-do-chefe-sioux-touro-sentado-ao-presidente-dos-eua-em-1855/)

[sentado-ao-presidente-dos-eua-em-1855/](https://douglasbucalem.wordpress.com/2012/01/21/carta-do-chefe-sioux-touro-sentado-ao-presidente-dos-eua-em-1855/). Acesso em 05/12/2020.

http://resistir.info/asia/mar_de_aral.html. Acesso em 05/12/2020